



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2022**

## SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
3 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
4 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
7 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 29
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	30 a 33

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>224.833</b>	<b>166.889</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	185.915	148.030
Clientes	6	23.272	15.180
Outros Créditos	8	2.137	91
Tributos Compensáveis	9	3.097	3.473
Investimentos Temporários	10	10.295	-
Despesas pagas antecipadamente	11	117	115
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>623.364</b>	<b>646.785</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>80.811</b>	<b>80.170</b>
Tributos Federais a Restituir	13	1.301	1.301
Depósitos Judiciais	12	58	74
Tributos Diferidos	14	71.094	70.437
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
<b>Imobilizado</b>	<b>15</b>	<b>345.813</b>	<b>359.431</b>
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>195.778</b>	<b>207.056</b>
<b>Direitos de Uso de Ativo</b>	<b>17.1</b>	<b>962</b>	<b>127</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>848.197</b>	<b>813.674</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021  
em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>111.141</b>	<b>107.776</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	263	326
Fornecedores	19	3.313	4.737
Outras Obrigações Fiscais	20	1.440	3.579
Encargos Setoriais a Pagar	23	1.404	300
Pequisa e Desenvolvimento	22	1.467	975
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	103.085	97.756
Passivos de Arrendamento	17.2	169	103
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>771.897</b>	<b>746.843</b>
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	771.102	746.843
Passivo de Arrendamentos	17.2	795	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(34.841)</b>	<b>(40.945)</b>
Capital Social	26.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.2	7.050	255
Prejuízos Acumulados		(77.394)	(76.703)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>848.197</b>	<b>813.674</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
 em milhares de reais

	N.E	01.01.22 a 31.12.22	01.01.21 a 31.12.21
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	27	194.052	171.263
<b>( - ) Custos Operacionais</b>	28	(79.184)	(90.978)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		114.868	80.285
<b>OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>		(6.613)	4.107
Despesas Administrativas	29	(6.848)	(6.780)
Outras Receitas	29	235	10.887
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		108.255	84.392
<b>RESULTADOS FINANCEIRO</b>	30	(113.102)	(171.888)
Receitas financeiras	30	19.069	14.119
Despesas financeiras	30	(132.171)	(186.007)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		(4.847)	(87.496)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		4.157	33.061
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	5.226	34.353
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(1.069)	(1.292)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		(690)	(54.435)
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</b>		(0,01)	(0,90)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
 em milhares de reais

	01.01.22	01.01.21
	a	a
	31.12.22	31.12.21
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(690)</b>	<b>(54.435)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		-
<b>Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda</b>	<b>10.295</b>	-
Operações com Créditos de Carbono	10.295	-
<b>Tributos sobre ganhos com ativos financeiros</b>	<b>(3.501)</b>	-
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>	<b>6.794</b>	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>6.104</b>	<b>(54.435)</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros	
			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>(22.268)</b>	<b>13.490</b>
Prejuízo do Exercício 2021	-	-	(54.435)	(54.435)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>(76.703)</b>	<b>(40.945)</b>
Outros Resultados Abrangentes		6.794		6.794
Prejuízo do Exercício 2022	-	-	(690)	(690)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>35.503</b>	<b>7.050</b>	<b>(77.394)</b>	<b>(34.841)</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**MÉTODO INDIRETO**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
em milhares de reais

	NE nr.	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(690)</b>	<b>(54.435)</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	28 e 29	21.206	19.162
Amortização	28	11.278	11.444
Variações monetárias não realizadas	30	132.128	185.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(4.157)	(33.061)
Ganhos na repactuação acordo GSF Lei 14052/2020		-	(9.647)
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Clientes	6	(8.092)	89.419
Outros créditos	8	(2.046)	5.991
Tributos compensáveis	9	376	(709)
Despesas pagas antecipadamente	11	(2)	(26)
Tributos federais a restituir		-	(55)
Depósitos judiciais		16	1
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	(63)	17
Fornecedores	19	(1.425)	2.468
Imposto de renda e contribuição social		-	1
Outras Obrigações Fiscais	20	(2.139)	2.009
Pagamento de direito de uso		(211)	(181)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	30	(102.527)	(83.244)
Pequisa e Desenvolvimento	22	492	(7.401)
Encargos Setoriais	23	1.105	(218)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>45.249</b>	<b>127.510</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	15	(7.364)	(31.087)
Adições no intangível	16	-	(8)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(7.364)</b>	<b>(31.095)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>37.885</b>	<b>96.415</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	148.031	51.616
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	185.916	148.031
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>37.885</b>	<b>96.415</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "



**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
em milhares de reais

	NE nr.	31/12/2022	31/12/2021		
<b>Receitas</b>					
Geração de energia , serviços e outras receitas	27	214.933	189.270		
<b>Total</b>		<b>214.933</b>	<b>189.270</b>		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Encargos de uso da rede elétrica	28	(23.425)	(21.516)		
Compra de Energia - MCP / CCEE	28	(60)			
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	28	(7.562)	(3.450)		
Material, insumos e serviço de terceiros	28 e 29	(17.949)	(12.131)		
Outros insumos	28 e 29	(522)	(420)		
<b>Total</b>		<b>(49.518)</b>	<b>(37.516)</b>		
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>165.416</b>	<b>151.754</b>		
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
	15 e 16	<b>(30.474)</b>	<b>(30.606)</b>		
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>134.940</b>	<b>97.169</b>		
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Receitas financeiras	30	19.067	14.119		
Outras Receitas		235	10.887		
<b>Total</b>		<b>19.302</b>	<b>25.006</b>		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>154.243</b>	<b>122.176</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
	NE nr.	31/12/2022	%	31/12/2021	%
<b>Pessoal</b>					
Remuneração e honorários	29	(3.474)		(3.248)	
Planos previdenciarios e assistencial	29	(252)		(232)	
Benefícios	29	(381)		(355)	
Encargos sociais - FGTS	29	(883)		(851)	
<b>Total</b>		<b>(4.990)</b>	<b>(3,2)</b>	<b>(4.686)</b>	<b>(3,8)</b>
<b>Governo</b>					
Federal		(17.632)		14.194	
Estadual	29	(6)		(5)	
Municipal	29	(26)		(26)	
<b>Total</b>		<b>(17.664)</b>	<b>(11,5)</b>	<b>14.163</b>	<b>11,6</b>
<b>Terceiros</b>					
Juros e variações monetárias	30	(132.169)		(186.007)	
Arrendamentos e aluguéis	29	(111)		(81)	
<b>Total</b>		<b>(132.280)</b>	<b>(85,8)</b>	<b>(186.088)</b>	<b>(152,3)</b>
<b>Acionistas</b>					
Lucro (Prejuízo) do período		690		54.435	
<b>Total</b>		<b>690</b>	<b>0,4</b>	<b>54.435</b>	<b>44,6</b>
		<b>(154.243)</b>	<b>(100,0)</b>	<b>(122.176)</b>	<b>(100,0)</b>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2022  
em milhares de reais

### 1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios	Revisão da Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	69,6	66,0
UHE – Fundão	120,168	65,8	62,1
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9	4,9
	<b>246,411</b>	<b>140,3</b>	<b>133,0</b>

Em 03 de maio de 2017, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria MME nº 178, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Usinas Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, reduzindo a energia assegurada das usinas do CEFSC – Complexo Energético Fundão e Santa Clara.

Ato contínuo, em 13 de dezembro de 2017, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF, pleiteando a nulidade da portaria. A justiça, de forma liminar decidiu pela manutenção da liquidação integral da GF das UHEs (135,4 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Em caso de decisão desfavorável a entidade sofrerá uma redução de 2,6 MW médios, com reflexos no período (01/01/2018 a 31/12/2022).

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando novamente a GF das UHEs despachadas centralizadamente no SIN. Considerando as duas revisões a (GF) das UHE – Santa Clara e UHE – Fundão que originalmente era de 135,4 MWm, será reduzida para 128,1 MWm, perfazendo uma queda de 5,39% por cento.

A Companhia estuda a contratação de escritório jurídico, visando a elaboração de tese específica para defesa dos interesses da Elejor e a sua representação judicial em ação a ser movida em face da União Federal, visando afastar suas UHEs dos efeitos da metodologia aplicada nesta última portaria.

### 2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos

decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmado pela Companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue:

Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Ato seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Aneel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundão estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então é corrigido monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da foram autorizadas pela Administração em 31 de janeiro de 2023.

#### **3.2 Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

## 4. Principais Políticas Contábeis

### 4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

#### A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Caixa e		Custo
Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Amortizado
Créditos a		Custo
Receber	Recebíveis	Amortizado
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Fornecedores	Outros	Custo
	Passivos	Amortizado
Outras	Outros	Custo
contas a Pagar	Passivos	Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

## **Ativos Financeiros**

### **4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

## **Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio**

### **4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### **4.1.3 - Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

## **4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

#### 4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

#### 4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### 4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa

estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### 4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

#### 4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### 4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

### 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos contas movimento		19	991
Aplicações financeiras de curto prazo		185.896	147.039
		<b>185.915</b>	<b>148.030</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre (96,0% e 101,0%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e tempo de aplicação.

## 6. Clientes

<b>Clientes</b>	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Saldo 31/12/2022</b>
Suprimento - Livres	14.462	-	-	14.462
CCEE	8.810	-	-	8.810
	23.272	-	-	23.272

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não realiza PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE/ACL e liquidação no âmbito da CCEE/MRE, por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

## 7. Partes Relacionadas

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Comercialização S.A.		1.128
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		
<b>Controlador</b>		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	2.116	2.265
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.131	994
<b><u>Resultado</u></b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Comercialização S.A.	-	14.072
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(23.425)	(21.516)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(11.636)	(10.831)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(965)	(948)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	-	(115)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, operação e manutenção, planejamento energético, telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.



## 8. Outros Créditos

	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
Ordens de serviço - P & D *		1.934	-
Almoxarifado de manutenção e operação		195	90
Adiantamento a fornecedores		8	1
		<b>2.137</b>	<b>91</b>

\* Ordens de serviço – P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

## 9. Tributos Compensáveis

	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ pago por estimativa		-	1.580
CSLL pago por estimativa		-	914
Imposto de Renda retido fonte		3.097	860
PIS e COFINS		-	119
		<b>3.097</b>	<b>3.473</b>

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício 2020, foram ressarcidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) em dezembro de 2022, em atendimento ao PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

## 10. Investimentos Temporários

		Quantidade	
<b>31/12/2021</b>	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	Saldo Inicial (t)	674.701
	Vendas de Certificados RCEs	Vendas (t)	16.891
<b>31/12/2022</b>	<b>Reduções Certificadas de Emissões (RCE)</b>	<b>Saldo Final (t)</b>	<b>657.810</b>
		Valores	
	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	Saldo Final (t)	657.810
<b>31/12/2022</b>	Marcação a Mercado do RCE	Valor em US\$	3,00
		Cotação US\$/R\$	5,2170
<b>31/12/2022</b>	<b>Reduções Certificadas de Emissões (RCE)</b>	<b>Saldo Final em R\$</b>	<b>10.295</b>

A Companhia vendeu durante o 4º ITR 2022 16.891 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP).

Essas vendas foram impulsionadas pela 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, Egito, percebendo-se uma elevação nos preços do RCE que findaram o ano comercializados a US\$ 3,00 (três dólares) a (t).

Os investimentos temporários contemplam os RCEs que são “marcados a mercado”, a administração pretende vender o saldo remanescente de 657.810 (t) durante o próximo exercício, visto que está contratando empresa acreditada pela ONU (Organização das Nações Unidas) junto à UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) para validação da renovação do período de crédito do Projeto de Créditos de Carbono (PDD).

## 11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
Seguro das usinas		116	114
Seguro sede administrativa		1	1
		<b>117</b>	<b>115</b>

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a Sompo Seguros com vigência até 11 de março de 2023, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 302.616 mil.

## 12. Depósitos Judiciais

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2021	74
( - ) Ressarcimentos		(16)
	31/12/2022	<b>58</b>

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

## 13. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2021	1.301
	31/12/2022	<b>1.301</b>

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, neste momento a ação encontra-se em cumprimento de sentença favorável a empresa.

## 14. Tributos Diferidos

	31/12/2021	Reconhecido s no Resultado	Reconhecido s em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2022
<b>Ativo não circulante</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	50.799	5.225	-	56.024
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	19.770	(1.068)	-	18.702
	<b>70.569</b>	<b>4.157</b>	-	<b>74.726</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)		(3.500)	(3.632)
	<b>(132)</b>	-	<b>(3.500)</b>	<b>(3.632)</b>
<b>Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>70.437</b>	<b>4.157</b>	<b>3.500</b>	<b>71.094</b>

### Realização do Ativo Diferido Líquido

31/12/2022	Ativo	Passivo
2023	56.024	(3.632)
2024	1.068	-
2025	1.068	-
2026	1.068	-
2027 a 2029	3.204	-
2030 a 2032	3.204	-
2032 a 2034	3.204	-
2035 a 2037	3.204	-
2038 a 2040	2.682	-
	<b>74.726</b>	<b>(3.632)</b>

## 15. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferencias	31/12/2022
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	171.145	33.342	(10.616)	-	-	193.871
Máquinas e equipamentos	106.348	2.946	(7.178)	-	-	102.116
Edificações	35.262	-	(2.097)	-	-	33.165
Terrenos	14.971	623	(1.071)	-	-	14.523
Móveis e utensílios	131	12	(20)	-	-	123
	<b>327.857</b>	<b>36.923</b>	<b>(20.983)</b>	-	-	<b>343.798</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	31.574	8.375	-	-	(37.934)	2.015
	<b>31.574</b>	<b>8.375</b>	-	-	<b>(37.934)</b>	<b>2.015</b>
	<b>359.431</b>	<b>45.298</b>	<b>(20.983)</b>	-	<b>(37.934)</b>	<b>345.813</b>

( \* ) A Companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, todos os bens e instalações vinculados aos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL.

## 16. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
<b>31/12/2021</b>	<b>203.994</b>	-	<b>3.062</b>	-	<b>207.056</b>
Amortização UBP	(10.241)	-	-	-	(10.241)
Amortização GSF	(871)	-	-	-	(871)
Amortização - Outros	-	-	(166)	-	(166)
<b>31/12/2022</b>	<b>192.882</b>	-	<b>2.896</b>	-	<b>195.778</b>

### Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação através de extensão da concessão das outorgas vigentes aos titulares das usinas hidrelétricas por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Em 1º de dezembro de 2020 foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 14 de setembro de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, a qual definiu os prazos de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. Sendo que para as usinas constantes do CEFSC foram estabelecidos os prazos de 1078 dias para a UHE Santa Clara e de 1110 dias para a UHE Fundão.

Em 20 de setembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se e aprovou por unanimidade a adesão à repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga prevista na Lei nº 14.052/2020, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou junto a ANEEL as cartas nº 153 e 154 formalizando o Termo de Aceitação que postergará o contrato de concessão da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, sendo que os valores reconhecidos se encontram destacados na rubrica aquisições.

## 17. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

## 17.1 Direito de Uso de Ativo

	31/12/2021	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2022
<b>Em serviço</b>					
Imóveis	127	1.063	(223)	(5)	962
	<b>127</b>	<b>1.063</b>	<b>(223)</b>	<b>(5)</b>	<b>962</b>

## 17.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
<b>31/12/2021</b>	<b>103</b>	<b>-</b>	<b>103</b>
Contratações	234	936	1.170
Correções e Mensurações Subsequentes	88	-	88
Pagamentos	(211)	-	(211)
Transferências	20	(20)	-
Ajuste a valor presente	(65)	(121)	(186)
<b>31/12/2022</b>	<b>169</b>	<b>795</b>	<b>964</b>

### Realização do Passivo de Arrendamento

Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	234	169
2024	234	182
2025	234	196
2026	234	210
2027	215	207
	<b>1.151</b>	<b>964</b>

## 18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar		6	7
Tributos retidos na fonte		110	100
Provisão de férias e 13º salário		147	219
		<b>263</b>	<b>326</b>

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais dos empregados públicos, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.

## 19. Fornecedores

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Saldo 31/12/2022
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.116	-	-	-	-	2.116
Materiais e Serviços - Copel GET	1.131	-	-	-	-	1.131
Materiais e Serviços	66	-	-	-	-	66
	<b>3.313</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.313</b>

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

## 20. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
PIS e Cofins		992	890
Tributos retidos na fonte		194	1.822
Previdência Social INSS		238	853
FGTS		16	14
		<b>1.440</b>	<b>3.579</b>

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

## 21. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

### Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia efetuará o pagamento do UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é alterado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

### Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

### Mutação

	<b>31/12/2021</b>	<b>844.599</b>
Ajuste a valor presente		29.588
Variação monetária		102.528
Pagamentos		(102.528)
	<b>31/12/2022</b>	<b>874.187</b>

Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	109.030	103.085
2024	109.030	92.869
2025	109.030	83.666
2026	109.030	75.375
2027	109.030	67.905
2028	109.030	61.176
Após 2028	1.262.945	390.111
<b>Totais</b>	<b>1.917.125</b>	<b>874.187</b>

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou o Termo de Aceitação decorrente da Lei nº 14.052/2020, Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, que tratam da repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, conforme detalhado na NE nº 15.

Assim, o valor presente da dívida com a extensão da concessão referentes aos pagamentos do UBP (Uso do Bem Público) foram reconhecidos na rubrica Adições - Extensão da Concessão.

## **22. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

Ainda, o Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos, na data base de 31 de agosto de 2020, e o estabelecimento dos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025. Neste caso, as empresas não relacionadas nesse Despacho (caso da Elejor), e que possuem a obrigação legal de investimentos em projetos de P&D, deverão informar sua situação à CCEE para recolhimento do percentual fixo de 30% sobre a receitas devidas aos programas de P&D.

<b>Mutação</b>	<b>Circulante FNDCT</b>	<b>Circulante MME</b>	<b>Circulante P&amp;D</b>	<b>Total</b>
<b>31/12/2021</b>	<b>109</b>	<b>54</b>	<b>812</b>	<b>975</b>
Constituições	742	372	742	1.856
Juros Selic	-	-	(28)	(28)
Recolhimentos	(742)	(371)	-	(1.113)
Repasse - Despacho 904/21 ANEEL	-	-	(223)	(223)
<b>31/12/2022</b>	<b>109</b>	<b>55</b>	<b>1.303</b>	<b>1.467</b>

## **23. Encargos Setoriais a Pagar**

<b>Encargo Setorial</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.404	300
		<b>1.404</b>	<b>300</b>

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

## **24. Benefício Pós Emprego**

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

## 24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

## 24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
<b>31/12/2021</b>	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	575	-	575
Amortizações	(575)	-	(575)
<b>31/12/2022</b>	-	-	-

## 25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

O departamento jurídico emitiu relatório onde constam todos os processos judiciais da Companhia, tanto como polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado “risco provável”, motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma detalhada os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como “risco possível”, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.



Passivo Contingente R\$ Mil
--------------------------------

Autos	Vara	Comarca	Tipo	Valor da Causa R\$ Mil	Fase	Passivo Contingente R\$ Mil	
						31/12/2022	31/12/2021
<b>1. Cíveis</b>						<b>8.910</b>	<b>16.640</b>
<b>1.1. Direito Administrativo</b>						-	50
5190.34.2017.8.16.0031	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação Indenizatória	750	Instrutória		50
<b>1.2. Desapropriações e patrimoniais</b>						<b>8.910</b>	<b>16.590</b>
000.2013.23.2021.8.16.031	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação Indenizatória	7.647	Defesa	-	7.647
0000.207.28.2004.8.16.0134	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	502	Cumprimento de sentença	2.212	2.244
53/2005	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	43	Instrutória	55	55
107/2003	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	58	Recursal	325	325
368/2003	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	90	Instrutória	90	90
000395.98.2003.8.16.0031	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	810	Recursal	6.228	6.228
454/2003	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	1	Recursal	-	1
<b>2. Regulatórias</b>						<b>38.250</b>	<b>31.664</b>
1018438-81.2017.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	316.408	Recursal	29.175	31.664
1020718-88.2018.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	90.754	Recursal	9.075	-

A Companhia ingressou com a Ação nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o que importaria num desembolso estimado de R\$ 29.175 mil.

Ressalte-se que com a publicação pelo Ministério de Minas de Energia da Portaria nº 709/GM/MM de 30 de novembro de 2022, a partir de 1º de janeiro de 2023, passam a vigorar novos montantes de GF para as UHEs do CEFSC.

## 26. Patrimônio Líquido

### 26.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

## 26.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

RCE - Reduções Certificadas de Emissão	10.681
(-) CSLL - Diferido	961
(-) IRPJ - Diferido	2.670
<b>31/12/2022</b>	<b>7.050</b>

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

## 27. Receita Operacional Líquida

Descrição	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
<b>Geração</b>		<b>199.639</b>	<b>168.360</b>
Venda de Energia UHEs - Convencional		187.536	157.247
Venda de Energia PCHs - Incentivada		12.103	11.113
<b>Comercialização</b>		<b>15.294</b>	<b>20.910</b>
Energia contabilizada na CCEE		15.294	20.910
<b>Receita Bruta</b>		<b>214.933</b>	<b>189.270</b>
Contribuição para PIS		(3.393)	(2.914)
Contribuição para Cofins		(15.631)	(13.423)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.857)	(1.670)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		<b>(20.881)</b>	<b>(18.007)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>194.052</b>	<b>171.263</b>

## 28. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
Materiais		(528)	(246)
Serviços de Terceiros		(15.818)	(9.735)
Depreciação		(18.945)	(19.000)
Amortização		(11.278)	(11.444)
Seguros		(584)	(713)
Compensação Financeira – CFURH		(7.562)	(3.450)
Taxa de Fiscalização Regulatória – ANEEL		(840)	(809)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(23.425)	(21.516)
Compra de Energia - MCP / CCEE		(60)	(23.978)
Outros custos		(144)	(87)
		<b>(79.184)</b>	<b>(90.978)</b>

## 29. Outras Despesas (Receitas) Operacionais

Descrição	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal		(2.863)	(2.584)
Administradores		(2.127)	(2.102)
Material		(103)	(62)
Serviços de Terceiros		(914)	(1.373)
Depreciação		(250)	(161)
Arrendamento e Aluguéis		(111)	(81)
Seguros		(2)	(2)
Tributos		(99)	(82)
Outras despesas		(379)	(333)
Ganhos Repactuação GSF		-	9.647
Outras receitas ( * )		235	1.240
		<b>(6.613)</b>	<b>4.107</b>

( \* ) Em 2021, houve receitas extraordinárias decorrentes da adesão à repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga prevista na Lei nº 14.052/2020, nominada Ganhos de Repactuação GSF, também o recebimento de indenização de sinistro na UG2 da UHE Santa Clara contabilizado em Outras receitas. Em 2022, a rubrica “Outras receitas” concentraram exclusivamente o resultado das vendas de Reduções Certificadas de Emissões (RCE).

## 30. Resultado Financeiro

	Saldos em	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		18.482	5.723
Juros e correções de tributos		441	60
CCEE Encargos de liquidação		100	8.328
Outras receitas		46	8
<b>Subtotal</b>		<b>19.069</b>	<b>14.119</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM		(102.528)	(83.244)
Encargos da concessão - UBP - AVP		(29.587)	(102.717)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(1)	
Juros e correções - P & D		(6)	(31)
Juros Incorridos - Direito de Uso		(14)	(15)
Outras despesas financeiras		(35)	
<b>Subtotal</b>		<b>(132.171)</b>	<b>(186.007)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(113.102)</b>	<b>(171.888)</b>

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 20, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

## 31. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2022 a 11.03.2023	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundação	586	302.616
PORTO SEGURO	19.05.2022 a 19.05.2023	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	1	2.298
<b>Total</b>				<b>587</b>	<b>304.914</b>

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

### 32. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

### 33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos contas movimento	5	19	19	991	991
Aplicações financeiras	5	185.896	185.896	147.039	147.039
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	23.272	23.272	15.180	15.180
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>209.187</b>	<b>209.187</b>	<b>163.210</b>	<b>163.210</b>

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

## Resumo das aplicações financeiras de curto prazo:

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/2022	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/02/2022	13/01/2027	Custo amortizado	2.280	2.280
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	09/03/2022	11/02/2027	Custo amortizado	20.133	20.133
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	11/03/2022	12/02/2027	Custo amortizado	385	385
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	07/04/2022	12/03/2027	Custo amortizado	327	327
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/04/2022	12/03/2027	Custo amortizado	22.089	22.089
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	09/05/2022	13/04/2027	Custo amortizado	19.314	19.314
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	11/05/2022	15/04/2027	Custo amortizado	432	432
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	07/06/2022	12/05/2027	Custo amortizado	557	557
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/06/2022	12/05/2027	Custo amortizado	19.764	19.764
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/07/2022	11/06/2027	Custo amortizado	18.928	18.928
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/07/2022	11/06/2027	Custo amortizado	700	700
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/08/2022	13/07/2027	Custo amortizado	15.434	15.434
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/08/2022	14/07/2027	Custo amortizado	459	459
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	06/09/2022	11/08/2027	Custo amortizado	488	488
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/09/2022	13/08/2027	Custo amortizado	15.262	15.262
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/10/2022	14/09/2027	Custo amortizado	14.634	14.634
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	11/10/2022	15/09/2027	Custo amortizado	1.378	1.378
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	13.670	13.670
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	15/10/2027	Custo amortizado	1.128	1.128
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	753	753
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	9.548	9.548
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	5.951	5.951
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	20/12/2022	24/11/2027	Custo amortizado	2.279	2.279
					<b>185.896</b>	<b>185.896</b>

## 34. Eventos Subsequentes

A diretoria declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

JOAO BIRAL  
JUNIOR:008  
52291990

Assinado de forma digital por JOAO BIRAL JUNIOR:00852291990  
Dados: 2023.02.16 18:09:41 -03'00'

**João Biral Junior**  
Diretor Presidente

CLEVERSON  
MORAES  
SILVEIRA:0045769  
0950

Assinado de forma digital por CLEVERSON MORAES SILVEIRA:00457690950  
Dados: 2023.02.16 18:01:17 -03'00'

**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO  
SOUZA  
RIBEIRO:236166  
52987

Assinado de forma digital por FERNANDO SOUZA RIBEIRO:23616652987  
Dados: 2023.02.16 18:07:24 -03'00'

**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC/PR: 024544/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**

**Acionistas e aos Conselheiros da  
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A  
Curitiba – PR**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. A fim de formar uma opinião, avaliamos se a DVA está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, devemos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis citadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalho.

Barueri, 31 de janeiro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
5091

Assinado de forma digital  
por ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2023.02.16  
12:03:15 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP  
Sócio Responsável Técnico